

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras da Isban Brasil S.A., relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, acompanhadas das notas explicativas e relatório dos auditores independentes.

São Paulo, março de 2012

A Diretoria Executiva

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Ativo	Nota	2010		Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	2010	
		2011	(Reclassificado)			2011	(Reclassificado)
Ativo Circulante		94.193	66.057	Passivo Circulante		95.405	102.498
Caixa e Equivalentes de Caixa	3&17.f	100	135	Contas a Pagar		14.129	45.257
Aplicações Financeiras	4&17.f	75.493	55.678	Dividendos a Pagar	17.f	29.450	3.528
Outros Ativos Financeiros		1.833	4.030	Salários a Pagar		41.702	43.251
Contas a Receber		92	1	Imposto a Pagar		8.214	7.800
Créditos Tributários - Correntes		16.675	6.213	Provisões	8.a	-	1.797
Ativo não Circulante		73.036	104.417	Outros Passivos		1.910	865
Aplicações Financeiras	4&17.f	34.747	73.723	Passivo não Circulante		17.316	15.767
Outros Ativos Financeiros		109	4.558	Provisões	8.a	17.316	15.767
Contas a Receber		-	315	Total do Passivo		112.721	118.259
Depósitos Judiciais		16.035	15.089	Patrimônio Líquido			
Créditos Tributários - Diferidos	9.b	18.648	7.408	Capital Social		35.879	35.879
Outros Ativos		796	1.412	Reservas de Lucros		18.629	16.336
Ativo Tangível	5	228	1.912	Total do Patrimônio Líquido	10	54.508	52.215
Ativo Intangível	6	2.473	-	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		167.229	170.474
Total do Ativo		167.229	170.474				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	Reservas de Lucros			Lucros Acumulados	Total
		Capital Social	Reserva Legal	Reserva para Equalização de Dividendos		
Saldos em 31 de Dezembro de 2009		35.879	194	3.678		39.751
Lucro Líquido		-	-	-	16.346	16.346
Destinações:						
Reserva Legal	10.c	-	817	-	(817)	-
Dividendos	10.b	-	-	(1.522)	(1.522)	(1.522)
Juros sobre o Capital Próprio	10.b	-	-	(2.360)	(2.360)	(2.360)
Reserva para Equalização de Dividendos	10.d	-	-	11.647	(11.647)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2010		35.879	1.011	15.325		52.215
Dividendos com base na Reserva para Equalização de Dividendos	10.b	-	-	(15.325)	-	(15.325)
Lucro Líquido		-	-	-	31.743	31.743
Destinações:						
Reserva Legal	10.c	-	1.587	-	(1.587)	-
Dividendos	10.b	-	-	(14.125)	(14.125)	(14.125)
Reserva para Equalização de Dividendos	10.d	-	-	16.031	(16.031)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2011		35.879	2.598	16.031		54.508

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional e Apresentação das Demonstrações Financeiras

a) Contexto Operacional

A Isban Brasil S.A. (Isban Brasil), é uma sociedade constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado, domiciliada na Rua Amador Bueno, 474 - Bairro Santo Amaro - São Paulo - SP. É uma sociedade integrante do Conglomerado Econômico - Financeiro Santander (Conglomerado Santander) e tem por objeto social a prestação de serviços de desenvolvimento, implantação e manutenção de sistemas de informática, software, programas e todo tipo de produtos e serviços afins e prestação de serviços de telecomunicações, serviços de hospedagem gerenciada e armazenamento eletrônico de dados, prestação de serviços de processamento de dados, serviços conexos de exploração de conteúdos para acesso on-line, internet entre outros, serviços relacionados às atividades de consultoria, desenvolvimento e manutenção dos sistemas de informação utilizados pelas empresas do Santander na América Latina e a participação no capital de outras sociedades no país e no exterior.

As receitas da Isban Brasil nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 estão representadas, substancialmente, por serviços prestados a partes relacionadas, empresas do Conglomerado Santander, conforme apresentado na nota explicativa 17.f.

b) Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da Isban Brasil, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto com o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), correlacionado às Normas Internacionais de Contabilidade - The International Financial Reporting Standard (IFRS).

As demonstrações financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010 foram as primeiras a serem elaboradas de acordo com o CPC, correlacionado às Normas Internacionais de Contabilidade, sendo 1º de janeiro de 2009 a data de adoção inicial (balanço patrimonial de abertura). A Administração avaliou os ativos e passivos na data de transição, sendo que as estimativas e práticas contábeis utilizadas não apresentaram efeitos no balanço de abertura e são consistentes com as demonstrações e critérios do ano anterior.

O resultado e a posição financeira da Isban Brasil estão expressos em Reais, moeda funcional da entidade e moeda de apresentação das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foram aprovadas pela Diretoria Executiva na reunião realizada em 19 de março de 2012.

As seguintes normas, interpretações e alterações de normas contábeis foram editadas e estavam em vigor em 31 de dezembro de 2011, entretanto, não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras da Isban Brasil:

- CPC 00 (R1) Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação do Relatório Contábil-Financeiro; CPC 15 (R1) Combinação de Negócios; CPC 19 (R1) Investimento em Empreendimento Controlado em Conjunto (Joint Venture); CPC 20 (R1) Custos de Empréstimos; CPC 21 (R1) Demonstração Intermediária; CPC 26 (R1) Apresentação das Demonstrações Contábeis; CPC 35 (R1) Demonstrações Separadas; e CPC 36 (R2) Demonstrações Consolidadas.

O CPC ainda não editou diversos pronunciamentos e modificações correlacionadas às IFRS's novas e revisadas que passarão a vigorar a partir de 1 de janeiro de 2013. Em decorrência do compromisso do CPC de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC. Considerando as atuais operações da Isban Brasil, a Administração não espera que essas novas normas, interpretações e alterações tenham um efeito relevante sobre as demonstrações financeiras a partir de sua adoção.

Estimativas Utilizadas

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências ativas e passivas e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os resultados reais podem diferir dessas estimativas.

Estas estimativas, as quais foram efetuadas com a melhor informação disponível, são basicamente as seguintes:

- Avaliação do valor justo de determinados instrumentos financeiros;
- Provisão para perdas sobre créditos;
- Perdas de valor recuperável sobre determinados ativos que não créditos (incluindo ágio e outros ativos intangíveis);
- Provisão para processos judiciais e administrativos e obrigações legais; e
- Reconhecimento e avaliação de impostos diferidos.

2. Práticas Contábeis e Critérios de Apuração

As práticas contábeis e os critérios de apuração utilizados na elaboração das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos e outros valores classificados a curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos.

b) Definições, Classificação e Mensuração dos Instrumentos Financeiros

1. Definições

"Instrumento financeiro" é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e simultaneamente a um passivo financeiro ou participação financeira em outra entidade.

"Instrumentos de patrimônio" é qualquer contrato que represente uma participação residual no ativo da entidade emissora depois de deduzida a totalidade de seu passivo.

"Derivativo financeiro" é o instrumento financeiro cujo valor muda em resposta às mudanças de uma variável de mercado observável (tais como taxa de juros, taxa de câmbio, preço dos instrumentos financeiros, índice de mercado ou rating de crédito), no qual o investimento inicial é muito baixo, em comparação com outros instrumentos financeiros com resposta similar às mudanças dos fatores de mercado, e geralmente é liquidado em data futura.

As transações a seguir não são tratadas como instrumentos para fins contábeis:

- Investimentos em coligadas; e
- Direitos e obrigações em virtude de planos de benefícios para os funcionários.

II. Classificação dos Ativos Financeiros para Fins de Mensuração

Os ativos financeiros são classificados inicialmente nas diversas categorias utilizadas para fins de gestão e mensuração.

Os ativos financeiros são incluídos, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

- Ativos financeiros para negociação (mensurados ao valor justo por meio do resultado): essa categoria inclui os ativos financeiros adquiridos para gerar lucro a curto prazo resultante da oscilação de seus preços e os derivativos financeiros não classificados como instrumentos de hedge; e
- Ativos financeiros disponíveis para venda: essa categoria inclui os instrumentos de dívida não classificados como "investimentos mantidos até o vencimento", "empréstimos e recebíveis" ou "ativos financeiros ao valor justo no resultado" e os instrumentos de patrimônio emitidos por outras entidades que não são coligadas, desde que tais instrumentos não tenham sido classificados como "ativos financeiros para negociação" ou "outros ativos financeiros ao valor justo no resultado".

Ativos financeiros disponíveis para venda são demonstrados ao valor justo. Esta categoria não inclui instrumentos de débitos classificados como "investimentos mantidos até o vencimento", "empréstimos e recebíveis" ou "ativos financeiros ao valor justo no resultado", e instrumentos de patrimônio emitidos por entidade que não sejam coligadas, desde que tais instrumentos não tenham sido classificados como "Ativos financeiros para negociação" ou como "Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado". Resultados decorrentes de alterações no valor justo são reconhecidos no item ajuste ao valor de mercado no patrimônio líquido, com exceção das perdas por não recuperação, as quais são reconhecidas no resultado. Quando o investimento é alienado ou tem indícios de perda por não recuperação, o resultado anteriormente acumulado na conta de ajustes ao valor justo no patrimônio líquido é reclassificado para o resultado.

Empréstimos e recebíveis: essa categoria inclui ativos financeiros que de modo geral, a intenção seja de mantê-los até o vencimento final, os quais, por isso, são apresentados no balanço patrimonial pelo custo amortizado (o que inclui os ajustes necessários para refletir as perdas por não recuperação estimadas).

III. Classificação dos Ativos Financeiros para Fins de Apresentação

Os ativos financeiros são classificados por natureza nas seguintes rubricas do balanço patrimonial:

- "Caixa e equivalentes de caixa";
- "Aplicações financeiras";
- "Depósitos judiciais";
- "Contas a receber"; e
- "Outros ativos financeiros": inclui outros valores a receber com natureza de ativos financeiros não incluídas nas demais rubricas.

IV. Classificação dos Passivos Financeiros para Fins de Mensuração

Os passivos financeiros são incluídos, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

- Passivos financeiros para negociação (mensurados ao valor justo no resultado): essa categoria inclui os passivos financeiros emitidos para gerar lucro a curto prazo resultante da oscilação de seus preços, os derivativos financeiros não considerados hedge accounting e os passivos financeiros resultantes da venda direta de ativos financeiros comprados mediante compromissos de revenda ou empréstados ("posições vendidas"); e
- Passivo financeiro ao custo amortizado: demais passivos financeiros, independentemente de sua forma e vencimento.

V. Classificação dos Passivos Financeiros para Fins de Apresentação

Os passivos financeiros são classificados por natureza nas seguintes rubricas do balanço patrimonial:

- "Contas a pagar; e"
- "Dividendos a pagar"

VI. Mensuração dos Ativos e Passivos Financeiros

Em geral, os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo, que é considerado equivalente, até prova em contrário, ao preço de transação. Os instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo no resultado são ajustados pelos custos de transação. Os "empréstimos e recebíveis" são mensurados ao custo amortizado, adotando-se o método dos juros efetivos.

Em geral, os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, exceto os incluídos na rubrica "passivos financeiros para negociação", os quais são mensurados ao valor justo.

c) Outros Ativos

Inclui o saldo de todos os adiantamentos, despesas antecipadas e o valor de quaisquer outros valores e bens não incluídos em outros itens.

d) Ativo Tangível

A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: instalações, móveis, equipamentos de uso e sistemas de comunicação e segurança - 10%, sistemas de processamento de dados e veículos - 20% e benfeitorias em imóveis de terceiros - 10% ou até o vencimento do contrato de locação.

A Isban Brasil avalia ao final de cada período, se há qualquer indicação de que os itens do ativo tangível possam apresentar perda no seu valor recuperável, ou seja, um ativo que apresenta o valor contábil acima do valor de realização seja por uso ou venda.

Uma vez identificada uma redução no valor recuperável do ativo tangível, este é ajustado até atingir o seu valor de realização através do reconhecimento contábil de uma perda por redução no seu valor recuperável registrada no resultado do exercício. Adicionalmente, o valor de depreciação do referido ativo é recalculado de forma a adequar o valor da vida útil do bem.

e) Ativo Intangível

Um ativo não monetário identificável sem substância física. É decorrente basicamente de desenvolvimento de softwares amortizados pelo prazo máximo de 5 anos.

Outros ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo dessa vida útil (prazos de utilização da despesa), pelo prazo máximo de 10 anos.

A Isban Brasil avalia ao final de cada período, se há qualquer indicação de que os itens do ativo intangível possam apresentar perda no seu valor recuperável, ou seja, um ativo que apresenta o valor contábil acima do valor de realização. Identificando qualquer redução no valor recuperável, este é ajustado até atingir seu valor de realização.

A mensuração do valor recuperável de ativos intangíveis - software é realizada com base no valor em uso, bem como, a análise da descontinuidade do ativo em relação às suas atividades.

f) Outros Passivos

Outros passivos incluem o saldo das despesas provisionadas e o valor de quaisquer outras obrigações não incluídas em outras categorias.

g) Reconhecimento de Receitas e Despesas

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

Prestação de Serviços

Receitas e despesas resultantes de transações ou serviços realizados ao longo de um período de tempo são reconhecidas ao longo da vida dessas transações ou desses serviços; e

As relativas a serviços prestados em um único ato são reconhecidas quando da execução desse único ato.

h) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

A Isban Brasil é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Os processos judiciais e administrativos são reconhecidos contabilmente com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos.

As provisões são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base nas melhores informações disponíveis. As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras. São total ou parcialmente revertidas quando as obrigações deixam de existir ou são reduzidas.

Passivos contingentes são obrigações possíveis que se originem de eventos passados e cuja existência somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob o controle da Isban Brasil. De acordo com as normas contábeis, passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos, mas sim divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

i) Planos de Benefícios Pós-Emprego

Os planos de benefícios pós-emprego compreendem os compromissos assumidos pela Isban Brasil, juntamente com o Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander Brasil) de: (i) complemento dos benefícios do sistema público de previdência; e (ii) assistência médica, nos casos de aposentadoria, invalidez permanente ou morte para aqueles funcionários elegíveis e seus beneficiários diretos.

Planos de Contribuição Definida

Plano de contribuição definida é o plano de benefício pós-emprego pelo qual a Isban Brasil como entidade patrocinadora paga contribuições fixas a um fundo de pensão, não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios relativos aos serviços prestados no período corrente e em períodos anteriores. As contribuições efetuadas nesse sentido são reconhecidas como "despesas com pessoal" na demonstração do resultado. Os valores ainda não contribuídos ao final de cada exercício são reconhecidos, ao seu valor presente, como "provisões - provisões para fundos de pensões e obrigações similares" no balanço patrimonial.

Planos de Benefício Definido

Plano de benefício definido é o plano de benefício pós-emprego que não seja plano de contribuição definida.

O valor presente das obrigações dos planos de benefício definido é registrado líquido: (i) do valor justo dos ativos dos planos; e (ii) dos ganhos e/ou das perdas atuariais líquidos não reconhecidos, os quais são diferidos utilizando-se o método do corredor; (iii) dos custos de serviços passados, os quais são diferidos ao longo do tempo. As obrigações são contabilizadas como "provisões - provisões para fundos de pensões e obrigações similares" no balanço patrimonial.

Um ativo, o ativo atuarial é reconhecido no balanço patrimonial, como "outros ativos", no caso do valor líquido representar um ativo. Esta situação se aplica quando: (i) o excesso de fundos representa benefícios econômicos futuros na forma de retorno de recursos ao patrocinador ou redução nas contribuições futuras, conforme as condições previstas na Resolução Conselho de Gestão da Previdência Complementar (CGPC) 26/2008; e (ii) resultante de quaisquer perdas atuariais e custo do serviço passado acumulados, líquidos e não reconhecidos que serão compensados no longo prazo.

Ativos do plano são definidos como aqueles que serão usados diretamente na liquidação de obrigações e que: (i) sejam de propriedade da patrocinada; e (ii) somente possam ser usados para pagar o financiar benefícios pós-emprego e não possam ser devolvidos às entidades patrocinadas, a menos que ocorra um excesso de recursos conforme as condições previstas na Resolução CGPC 26/2008.

Os ganhos e perdas atuariais são aqueles resultantes de diferenças entre as premissas atuariais anteriores e o que efetivamente ocorreu e dos efeitos de mudanças nas premissas atuariais. A Isban Brasil utiliza o método do corredor e reconhece no resultado o valor líquido dos ganhos e/ou das perdas atuariais acumulados que excederem o maior valor entre 10% do valor presente das obrigações ou 10% do valor justo dos ativos do plano.

O custo de serviços passados decorre de mudanças nos benefícios pós-emprego atuais ou da introdução de novos benefícios. É reconhecido de forma linear no resultado ao longo do período entre o momento em que surgirem os novos compromissos e a data na qual o funcionário tiver o direito irrevogável de receber os novos benefícios.

Benefícios pós-emprego são reconhecidos no resultado da seguinte forma:

- Custo de serviço corrente - aumento no valor presente das obrigações resultantes de serviços de funcionários no período corrente - "despesas com pessoal";
- Custo de juros - aumento no valor presente das obrigações como resultado do transcurso do tempo - "despesas com juros e similares". O retorno esperado sobre ativos do plano e os ganhos ou as perdas sobre o valor dos ativos do plano - "receitas com juros e similares"; e
- Os ganhos e as perdas atuariais calculados utilizando-se o método do corredor e o custo não reconhecido de serviços passados - "provisões (líquidas)".

Os planos de benefício definido são registrados com base em avaliação atuarial, realizado anualmente por entidade externa de consultoria, no final de cada exercício com vigência para o período subsequente. A avaliação atuarial destes planos depende de uma série de premissas, entre as quais se destacam as seguintes:

- Taxas de juros assumidas;
- Tábuas de mortalidade;
- Índice anual aplicado à revisão de aposentadorias;
- Índice de inflação de preços;
- Índice anual de reajustes salariais; e
- Método usado para calcular os compromissos relativos a direitos adquiridos dos funcionários ativos.

j) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins)

O PIS (1,65%) e a Cofins (7,60%) são calculados pelo regime não-cumulativo.

k) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% e a CSLL à alíquota de 9%, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal e são classificados como não circulantes.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, a expectativa de realização dos créditos tributários, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

l) Demonstração de Receitas e Despesas Reconhecidas

A Isban Brasil não possui outros itens da demonstração de receitas e despesas reconhecidas (ganhos e perdas provenientes da conversão de demonstrações contábeis de operação no exterior, ganhos e perdas atuariais e mudanças nos valores justo de instrumentos financeiros de hedge) e portanto não foi apresentada essa demonstração.

3. Caixa e Equivalentes de Caixa

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os saldos correspondentes aos depósitos bancários.

4. Aplicações Financeiras

	2011		2010	
	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Total	Total
Aplicações em Operações				
Compromissadas (Nota 17.f)	75.493	34.747	110.240	89.198
Certificados de Depósitos Bancários - CDB (Nota 17.f)	-	-	-	40.203
Total	75.493	34.747	110.240	129.401

5. Ativo Tangível

	2011			2010		
	Custo	Depreciação Acumulada	Total			

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO - Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

I) Banesprev - Fundo Banespa de Seguridade Social (Banesprev)

Plano I: plano de benefício definido, integralmente custeado pela Isban Brasil, abrange os funcionários admitidos após 22/05/1975, denominados Participantes Destinatários e aqueles admitidos até 22/05/1975, denominados Participantes Agregados, aos quais foi concedido o direito ao benefício de pecúlio por morte. Plano fechado para novas adesões desde 28 de março de 2005.

Plano II: plano de benefício definido, constituído a partir de 27/07/1994, com vigência do novo texto do Estatuto e Regulamentação Básica do Plano II, os participantes do Plano I que optaram pelo novo plano passaram a contribuir com 44,9% da taxa de custeio estipulada pelo atuário para cada exercício. Plano fechado para novas adesões desde 3 de junho de 2005.

Plano III: plano de contribuição variável, destinado aos funcionários admitidos após 22/05/1975, anteriormente atendidos pelos Planos I e II. Nesse plano, as contribuições são efetuadas pelo patrocinador e pelos participantes. Os benefícios são na forma de contribuição definida durante o período de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento de benefício, se pago na forma de renda mensal vitalícia.

Plano IV: plano de contribuição variável, destinado aos funcionários admitidos a partir de 27 de novembro de 2000, em que a patrocinadora contribui apenas para os benefícios de risco e custeio administrativo. Nesse plano de benefício programado é na forma de contribuição definida durante o período de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento de benefício, na forma de renda mensal vitalícia, em todo ou em parte do benefício. Os benefícios de risco do plano são na forma de benefício definido. Plano fechado para novas adesões desde 23 de julho de 2010.

II) Sanprev - Santander Associação de Previdência (Sanprev)

Plano II: plano que oferece coberturas de riscos, suplementação de pensão temporária, aposentadoria por invalidez e pecúlio por morte e suplementação do auxílio-doença e auxílio-natalidade, abrangendo os empregados dos patrocinadores inscritos no plano, sendo custeado, exclusivamente, pelos patrocinadores, por meio de contribuições mensais, quando indicadas pelo atuário. Plano fechado para novas adesões desde 10 de março de 2010.

III) SantanderPrevi - Sociedade de Previdência Privada (SantanderPrevi)

Plano de contribuição definida redesenhado a partir de junho de 2009, com contribuição partilhada entre o funcionário e a empresa. A SantanderPrevi é uma entidade fechada de previdência complementar, que tem como objetivo a instituição e execução de planos de benefícios de caráter previdenciário, complementares ao regime geral de previdência social, na forma da legislação vigente.

Apuração do Passivo (Ativo) Atuarial Líquido

	2011		2010	
	Banesprev	Sanprev	Banesprev	Sanprev
Conciliação dos Ativos e Passivos				
Valor Presente das Obrigações Atuariais	41.410	507	30.883	487
Valor Justo dos Ativos do Plano	(35.918)	(1.470)	(28.374)	(1.416)
Ajustes por Diferimentos Permitidos (não Reconhecidos):				
Perdas Atuariais e Outros Diferimentos Permitidos	(6.648)	-	(3.338)	-
Ganhos Atuariais	52	318	91	362
Valor não Reconhecido como Ativo	1.880	645	907	567
Passivo (Ativo) Atuarial Líquido em 31 de Dezembro	776	-	169	-
Contribuições Efetuadas	(370)	-	(390)	(4)
Despesas Reconhecidas	261	-	288	-
Rendimento Efetivo sobre os Ativos dos Planos	6.956	54	4.501	287

Os valores apropriados em despesa de pessoal no exercício referentes aos planos de contribuição definida foram de R\$3.829 (2010 - R\$3.728).

Principais Premissas Atuariais Adotadas nos Cálculos

Taxa de Desconto Nominal para a Obrigação Atuarial:
- Banesprev e Sanprev - 10,4% (2010 - 10,7%).

Taxa de Rendimento Nominal Esperada sobre Ativos do Plano:
- Banesprev - Plano I - 10,9% (2010 - 11,3%).
- Banesprev - Plano II - 12,4% (2010 - 11,1%).
- Banesprev - Plano III - 12,4% (2010 - 11,3%).
- Banesprev - Plano IV - 10,7% (2010 - 12,2%).
- Sanprev - 10,6% (2010 - 11,1%).

Taxa Estimada de Inflação no Longo Prazo:
Banesprev e Sanprev - 4,4% (2010 - 4,4%).

Taxa Estimada de Aumento Nominal dos Salários:
- Banesprev e Sanprev- 4,9% (2010 - 4,9%).

f.2) Plano de Assistência Médica e Odontológica

Cabesp - Caixa Beneficente dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo: entidade voltada a cobertura de despesas médicas e odontológicas de funcionários admitidos até a privatização do Banespa em 2000.

	Cabesp	
	2011	2010
Conciliação dos Ativos e Passivos		
Valor Presente das Obrigações Atuariais	8.017	6.898
Valor Justo dos Ativos do Plano	(7.452)	(7.056)
Valor não Reconhecido como Ativo	(610)	158
Passivo (Ativo) Atuarial Líquido em 31 de Dezembro	(45)	-
Contribuições Efetuadas	(69)	(68)
Despesas Reconhecidas	169	222
Rendimento Efetivo sobre os Ativos dos Planos	404	1.473

f.3) Remuneração com Base em Ações

O Santander estabeleceu um plano de incentivo de longo prazo para seus executivos. Essa política prevê remuneração vinculada às ações do Banco Santander Espanha de acordo com o que foi estabelecido na Assembleia Geral Anual de Acionistas. Foram registradas despesas "pro rata" dia no valor de R\$535 (2010 - R\$456).

9. Ativos e Passivos Fiscais

a) Imposto de Renda e Contribuição Social

O total dos encargos do exercício pode ser conciliado com o lucro contábil, como segue:

	2011	2010
Resultado antes da Tributação	20.503	23.932
Juros sobre o Capital Próprio	-	(2.360)
Resultado antes da Tributação Ajustado	20.503	21.572
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Aliquotas de 25% e 9% Respectivamente	(6.971)	(7.334)
Efeitos do IRPJ e da CSLL sobre Diferenças Temporárias de Anos Anteriores	18.737	-
Outros Ajustes	(526)	(252)
Imposto de Renda e Contribuição Social	11.240	(7.586)
Impostos Correntes	-	(8.085)
Impostos Diferidos	11.240	499
Impostos Pagos no Exercício	-	(692)
Alíquota Efetiva	-54,82%	31,70%

b) Impostos Diferidos

Natureza e Origem:	Saldo em 31/12/2010	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2011
Provisões para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	1.254	-	(239)	1.015
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	1.644	1.401	-	3.045
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	7.352	477	-	7.829
Outras Provisões e Ajustes Temporárias	15.895	-	(10.115)	5.780
Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	26.145	1.878	(10.354)	17.669
Prejuízos Fiscais e Bases Negativas de Contribuição Social	-	979	-	979
Total dos Créditos Tributários	26.145	2.857	(10.354)	18.648
Créditos não Registrados	(18.737)	-	18.737	-
Saldo dos Créditos Tributários Registrados	7.408	2.857	8.383	18.648

Natureza e Origem:	Saldo em 31/12/2009	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2010
Provisões para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	945	429	(120)	1.254
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	1.935	141	(432)	1.644
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	6.862	8.480	(7.990)	7.352
Outras Provisões e Ajustes Temporárias	620	97.898	(82.623)	15.895
Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	10.362	106.948	(91.165)	26.145
Créditos não Registrados	(3.453)	-	83.159	(18.737)
Saldo dos Créditos Tributários Registrados	6.909	8.505	(8.006)	7.408

Ano	Diferenças Temporárias		Prejuízos Fiscais - Base Negativa	2011
	IRPJ	CSLL		Total
2012	9.995	3.724	575	14.294
2013	414	188	404	1.006
2014	877	355	-	1.232
2015	149	54	-	203
2016	1.092	393	-	1.485
2017 a 2021	315	113	-	428
Total	12.842	4.827	979	18.648

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

10. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2011 e 2010, totalmente subscrito e integralizado é composto por 12.812 mil ações, nominativas e sem valor nominal (6.463 mil ações ordinárias e 6.349 mil ações preferenciais) todas de domiciliados no exterior.

b) Dividendos

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas conferem prioridade na distribuição dos dividendos e adicional de 10% sobre os dividendos pagos às ações ordinárias e no reembolso do capital, sem prêmio, em caso de dissolução da Sociedade.

Em dezembro de 2011, foi aprovado a distribuição de dividendos com base na conta de reserva para equalização de dividendos no valor de R\$15.325 (R\$1.139.769 em reais por lote de mil ações ordinárias e R\$1.253.745 em reais por lote de mil ações preferenciais) e dividendos intercalares, relativos ao período de janeiro a novembro de 2011, no valor de R\$14.125 (R\$1.050.415 em reais por lote de mil ações ordinárias e R\$1.155.457 em reais por lote de mil ações preferenciais), que serão imputados integralmente aos dividendos obrigatórios, do resultado do exercício de 2011.

Em dezembro de 2010, foram destacados dividendos no valor de R\$1.522 (R\$113.213 em reais por lote de mil ações ordinárias e R\$124.535 em reais por lote de mil ações preferenciais) e juros sobre o capital próprio no valor de R\$2.360 (R\$175.506 em reais por lote de mil ações ordinárias e R\$193.057 em reais por lote de mil ações preferenciais e R\$149.180 líquido do imposto de renda, em reais por lote de mil ações ordinárias e R\$164.098 líquido do imposto de renda, em reais por lote de mil ações preferenciais), relativo ao lucro apurado no exercício de 2010, imputado integralmente aos dividendos obrigatórios.

c) Reserva Legal

Do lucro líquido do exercício foi destinado 5% para constituição da reserva legal, limitada a 20% do capital social. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social.

d) Reserva para Equalização de Dividendos

Limitada a 50% do valor do capital social, tem como finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive sob a forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas.

11. Receitas Líquida de Prestação de Serviços

Segue abaixo a conciliação entre receita bruta e a receita apresentada na demonstração de resultado do exercício:

	2011	2010
Receita Bruta		
Serviços com Partes Relacionadas (Nota 17.f)	368.319	421.991
Serviços de Terceiros	453	-
Menos:		
PIS	(2.411)	(2.772)
Cofins	(11.128)	(12.792)
ISS	(7.823)	(8.892)
Receita Líquida	347.410	397.535

12. Informações sobre a Natureza das Receitas e Despesas Reconhecidas na Demonstração do Resultado

	2011	2010
Receitas com Prestação de Serviços	368.772	421.991
PIS (Nota 11)	(2.411)	(2.772)
Cofins (Nota 11)	(11.128)	(12.792)
ISS (Nota 11)	(7.823)	(8.892)
Serviços Prestados por Terceiros - Desenvolvimento de Sistemas (Nota 13)	(114.014)	(174.833)
Despesas de Remuneração, Benefícios e Treinamento com Pessoal	(169.131)	(157.847)
Despesas de Encargos Sociais com Pessoal	(43.320)	(41.812)
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros (Nota 14)	(2.200)	(2.681)
Despesas com Transportes e Viagens (Nota 14)	(4.064)	(2.610)
Outras Despesas Administrativas	(4.189)	(3.993)
Despesas de Depreciação (Nota 5)	(122)	(28)
Despesas de Amortização (Nota 6)	(472)	-
Provisões Líquidas de Reversão para Processos Judiciais e Outras (Nota 8.a)	(1.608)	(563)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(102)	35
Rendas de Aplicações em Operações Compromissadas (Nota 15&17.f)	6.369	8.656

	2011	2010
Rendas de Títulos de Renda Fixa - CDB (Nota 15&17.f)	4.182	704
Outras Receitas Financeiras	1.764	857
Resultado na Alienação de Ativos não Financeiros (Nota 16)	-	512
Provisão Para Imposto de Renda (Nota 9.a)	-	(5.859)
Provisão para Contribuição Social (Nota 9.a)	-	(2.226)
Ativo Fiscal Diferido (Nota 9.a)	11.240	499
Total Receitas e Despesas Reconhecidas na Demonstração do Resultado	31.743	16.346

13. Custo dos Serviços Prestados

	2011	2010
Serviços Prestados por Terceiros - Desenvolvimento de Sistemas	114.014	174.833
Despesa de Pessoal	-	-
- Desenvolvimento de Sistemas	189.847	176.639
Total	303.861	351.472

14. Despesas Administrativas

	2011	2010
Aluguéis	990	1.485
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	2.200	2.681
Despesas com Transportes e Viagens	4.064	2.610
Despesa com Convênio Operacional com o Banco Santander Brasil (Nota 17.f)	665	496
Despesas com Eventos	1.104	921
Outras	1.430	1.091
Total	10.453	9.284

15. Receitas (Despesas) Financeiras

	2011	2010
Rendas com Ativos Financeiros com Instituições de Crédito	-	-
Rendas de Aplicações em Operações Compromissadas (Nota 17.f)	6.369	8.656
Rendas de Títulos de Renda Fixa - CDB (Nota 17.f)	4.182	704
Variação Monetária e Juros sobre Receitas Fiscais	1.706	693
Outras	58	164
Total	12.315	10.217

16. Resultado na Alienação de Ativos não Financeiros

Refere-se basicamente, ao resultado de ativos não correntes mantidos para venda de bens recebidos nos processos de recuperação de crédito com clientes, líquida da provisão de valor recuperável destes bens.

17. Partes Relacionadas

a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) da Isban Brasil, realizada em 29 de abril de 2011, foi aprovada a remuneração global dos administradores para o ano de 2011, no montante de até R\$1.698, abrangendo a remuneração fixa, variável e baseada em ações e demais benefícios.

b) Benefícios de Longo Prazo

A Isban Brasil, assim como outras controladas no mundo do Grupo Santander Espanha, possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de suas ações, com base na obtenção de metas (Nota 8.f.3).

c) Benefícios de Curto Prazo

	2011	2010
Salários e Honorários da Diretoria Executiva		
Remuneração Fixa	753	722
Remuneração Variável	1.048	1.000
Outras	111	318
Total (1)	1.912	2.040

(1) Em 2011, a remuneração adicional paga aos membros da Diretoria Executiva, no valor de R\$214, será objeto de ratificação pelos acionistas em AGO a ser realizada até o dia 30 de abril de 2012.

Adicionalmente, no exercício foram recolhidos encargos sobre a remuneração da administração no montante de R\$366 (2010 - R\$358).

d) Rescisão do Contrato

A extinção da relação de trabalho com os administradores, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira.

e) Participação Acionária

A Isban Brasil é controlada pelo Grupo Empresarial Santander, com sede na Espanha, a qual é controlada indiretamente pelo Banco Santander Espanha que possui participação acionária direta de 12.812 mil ações (6.463 mil ações ordinárias e 6.349 mil ações preferenciais), equivalentes a 100% do capital social.

f) Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens. As principais transações e saldos são conforme segue:

	Relacionamento	2011	2010
Ativo			
Caixa e Equivalentes de Caixa		100	135
Banco Santander Brasil	Outras Partes Relacionadas	100	135
Aplicações Financeiras		110.240	129.401
Banco Santander Brasil	Outras Partes Relacionadas	110.240	129.401
Contas a Receber		-	315
Gesban Santander Servicios		-	-
Profesionales Contables Limitada	Outras Partes Limitada Relacionadas	-	87
Banco Santander Brasil	Outras Partes Relacionadas	-	228
Passivo			
Dividendos a Pagar		(29.450)	(3.528)
Grupo Empresarial Santander	Controladora	(29.450)	(3.528)
Outros Passivos		(306)	(246)
Banco Santander Espanha	Controladora	(283)	(246)
Isban Chile S.A.	Outras Partes Relacionadas</		